

A (NÃO)RESPOSTA DA ACADEMIA AS DISCRIMINAÇÕES

Ana Clara Matos de Oliveira¹;

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/3751424809629961>

Ana Lucia Barreto da Fonseca²;

²Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/0827905171258986>

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa³;

³Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco.
<http://lattes.cnpq.br/1400479085991320>

Iana Gabriela Mendes de Jesus⁴;

⁴Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/7517071121107798>

Maiana de Jesus Souza⁵;

⁵Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<https://lattes.cnpq.br/2878112091612387>

Aleff do Sacramento Lima Araujo⁶;

⁶Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/9704033032065602>

Dandara de Jesus Britov⁷;

⁷Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/1301410466839558>

Ângela Ramos Coutinho⁸;

⁸Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/1576111754319500>

Marcos Melo Marques Carneiro⁹;

⁹Centro Universitário Nobre (UNIFAN), Feira de Santana, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/3585464427119542>

Paula Hayasi Pinho¹⁰;

¹⁰Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/2851217925555175>

Simone Seixas da Cruz¹¹.

¹¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/3699965077755163>

RESUMO: O ambiente acadêmico, historicamente construído sobre bases elitistas e excludentes, tem se revelado um espaço de reprodução de desigualdades e de perpetuação de práticas discriminatórias. Este resumo expandido tem como objetivo

analisar a prevalência e as características do preconceito e da discriminação vivenciados por membros da comunidade acadêmica brasileira, bem como as reações das vítimas e de seus pares diante dessas situações. A partir dos dados de uma pesquisa quanti-qualitativa aplicada a 150 respondentes, constatou-se que 68% dos participantes já foram vítimas de algum tipo de preconceito ou discriminação. Entre os tipos de discriminação mais relatados, destacam-se raça/cor (40%), condição socioeconômica (19%) e gênero (18,1%). A reação predominante diante do preconceito foi a resignar-se, 68,6% dos entrevistados afirmaram ter ignorado a situação, enquanto apenas 12,4% apontaram o comportamento do agressor e 16,2% denunciaram em canais formais. O silêncio e a omissão também marcaram a reação das pessoas ao redor, que frequentemente fingem não perceber ou se calam diante do ocorrido. Os resultados evidenciam que a universidade, embora seja um espaço de produção de conhecimento e de crítica social, ainda não conseguiu se transformar em um ambiente efetivamente acolhedor e seguro para a diversidade, sobretudo para grupos historicamente marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Preconceitos. Acolhimento.

ACADEMIA'S (NON-)RESPONSE TO DISCRIMINATION

ABSTRACT: The academic environment, historically built on elitist and exclusionary foundations, has proven to be a space for reproducing inequalities and perpetuating discriminatory practices. This expanded abstract aims to analyze the prevalence and characteristics of prejudice and discrimination experienced by members of the academic community at a Brazilian public university, as well as the reactions of victims and their peers to these situations. Based on data from a quantitative-qualitative survey applied to 150 respondents, it was found that 68% of participants had already been victims of some type of prejudice or discrimination. Among the most reported types of discrimination, race/color (40%), socioeconomic status (19%), and gender (18.1%) stood out. The predominant reaction to prejudice was resigning oneself. 68.6% of respondents stated they ignored the situation, while only 12.4% pointed out the aggressor's behavior and 16.2% reported it through formal channels. Silence and omission also marked the reaction of those around them, who often pretend not to notice or remain silent. The results show that the university, although a space for knowledge production and social criticism, has not yet managed to transform itself into an effectively welcoming and safe environment for diversity, especially for historically marginalized groups.

KEYWORDS: University. Prejudices. Welcoming.

INTRODUÇÃO

A construção do sistema universitário brasileiro possui raízes profundas em estruturas elitistas e eurocêtricas. Os indivíduos convidados a exercer a docência no período de formação das primeiras instituições, além dos intelectuais portugueses que chegaram com

a corte, eram brasileiros formados em universidades europeias, provenientes, portanto, das famílias do poder latifundiário. A universidade brasileira nasceu, portanto, como um ambiente elitizado e excludente com o acesso restrito e direcionado apenas às famílias que pertenciam às elites, reproduzindo assim um padrão excludente. Com o passar dos anos e a implementação das políticas afirmativas o perfil dos discentes e docentes no Brasil se diversificou, no entanto, esses corpos dissidentes que ocuparam estes espaços se veem constantemente tendo que vivenciar a realidade violenta de apossar-se de um lugar que não foi construído para acolhe-los. Esse contexto de exclusão estrutural cria as condições para a manifestação de preconceitos e discriminações no interior das universidades. Estudos mostram que a discriminação em contextos escolares e acadêmicos é uma realidade recorrente, afetando estudantes e docentes de diferentes grupos sociais (Moravia, 2025). O preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, por exemplo, ainda é evidente entre docentes nas universidades (Souza et al., 2025), e o racismo institucional permanece como uma marca indelével da história do ensino superior brasileiro, onde a presença negra continua sendo tratada como exceção a ser contida (Santos, 2021).

OBJETIVO

Diante desse cenário, o presente capítulo tem como objetivo geral analisar a prevalência e as características do preconceito e da discriminação vivenciados por membros docentes da comunidade acadêmica brasileira. Especificamente, busca-se: (a) identificar os tipos de preconceito e discriminação mais frequentemente relatados; (b) descrever as reações das vítimas diante das situações discriminatórias; (c) analisar as respostas das pessoas ao redor diante desses episódios; e (d) discutir os dados à luz do contexto histórico de exclusão que marca a universidade brasileira.

METODOLOGIA

O presente capítulo se baseia de forma primordial em uma pesquisa maior, conduzida pelo Núcleo de Comportamento, Desenvolvimento e Cultura (NCDC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em parceria com UNIVASF. Valeu-se de uma pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, e utilizou um questionário online dividido em questões sobre sua vida sócio familiar e estudantil, e seu percurso acadêmico, subdividido em sete temáticas, aplicado a 156 docentes, majoritariamente (98,6%) do ensino superior, desta forma este capítulo expandido se propõe a analisar, a partir dos dados coletados, a prevalência do preconceito e da discriminação no ambiente acadêmico, identificando os tipos mais frequentes de discriminação, as reações das vítimas e as respostas do entorno, buscando compreender assim os mecanismos que perpetuam a exclusão e o silenciamento dentro da universidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelam uma realidade alarmante em que 68% dos respondentes afirmaram

já ter sido vítimas de algum tipo de preconceito ou discriminação. Esse percentual é consistente com outros estudos que indicam altas taxas de discriminação na educação superior, pesquisas apontam que 70% dos docentes e 88,6% dos estudantes já passaram por discriminação (Carvalho, 2022).

Entre os tipos de discriminação mais relatados, destaca-se raça/cor, com 40% das menções, seguido por condição socioeconômica (19%), gênero (18,1%) e idade (16,2%). A categoria “outro” (33,3%) incluiu discriminações por orientação sexual, religião, origem regional (nordestinos), nacionalidade e condição de saúde, entre outras.

A prevalência da discriminação racial no ambiente acadêmico reflete o racismo estrutural que historicamente permeia a universidade brasileira (Santos, 2021). A baixa representatividade de docentes negros, que em algumas instituições chega a menos de 4% do corpo docente, é um indicador da persistência desse racismo institucional (Ferreira, 2022). Mulheres negras acadêmicas enfrentam desafios adicionais, tendo suas trajetórias permeadas por preconceito e discriminação (Silva & Pereira, 2025).

A discriminação socioeconômica, com 19% das menções, aponta para o preconceito de classe que ainda opera no interior das universidades, onde estudantes e docentes de origem popular frequentemente são estigmatizados. O preconceito contra bolsistas e cotistas é uma manifestação desse fenômeno, já a discriminação de gênero (18,1%) se alinha com a literatura que aponta a perpetuação de desigualdades estruturais de gênero no ambiente acadêmico, com impactos negativos na saúde mental, no bem-estar e na qualidade de vida das docentes (Ferreira, 2022). O androcentrismo na ciência é uma realidade documentada, com predominância de docentes brancos e do sexo masculino (Ferreira, 2022). A presença de discriminações por orientação sexual, religião e origem regional (especialmente contra nordestinos) revela a interseccionalidade das opressões que operam no espaço acadêmico. Estudos sobre a xenofobia contra nordestinos no ambiente universitário documentam experiências de insultos, exclusão e ofensas virtuais, além de preconceito linguístico (Silva et al., 2025; Souza et al., 2025).

Segundo os relatos, diante das situações de preconceito, a reação predominante foi a de resignar-se : 68,6% dos entrevistados afirmaram ter ignorado a situação, 12,4% apontaram o comportamento preconceituoso do outro, 16,2% denunciaram nos canais formais, e percentuais menores reagiram com agressão verbal ou física ou não lembraram. O silêncio das vítimas pode ser compreendido como uma estratégia de autoproteção diante de um ambiente que não oferece garantias de acolhimento e justiça. Como apontam Leão e Lando (2024), as universidades ainda não são capazes de promover um ambiente de caráter proativo, acolhedor e seguro para as minorias, tratando com descaso a diversidade e colaborando com a invisibilização dos grupos vulnerabilizados.

Já as respostas abertas dos entrevistados sobre a reação das pessoas ao redor revelam um cenário de cumplicidade pelo silêncio. Relatos como “não perceberam, ou fingiram não perceber”, “silenciam” e “publicamente a reação é a politicamente correta, mas no final quem recebeu a discriminação foi a culpada do episódio” indicam que o ambiente

ao redor frequentemente reproduz a violência da discriminação, seja pela omissão, seja pela culpabilização da vítima. A reação de silêncio e omissão das pessoas ao redor pode ser interpretada à luz do conceito de “masculinidade hegemônica” e das normas sociais que desencorajam a intervenção em situações de conflito, especialmente quando envolvem questões raciais e de gênero (Connell, 2005; Zanello, 2018). O silêncio coletivo funciona como um mecanismo de manutenção do *status quo*, permitindo que a discriminação continue a operar de forma velada e impune.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados neste capítulo expandido revelam que o preconceito e a discriminação são realidades cotidianas no ambiente acadêmico de uma universidade pública brasileira. A alta prevalência de discriminação racial, socioeconômica e de gênero, aliada ao predomínio de reações de silêncio e omissão tanto por parte das vítimas quanto das pessoas ao redor, aponta para a permanência de um padrão excludente que remonta à própria fundação da universidade brasileira. A despeito das políticas de ação afirmativa implementadas nas últimas décadas, que ampliaram o acesso de grupos historicamente marginalizados ao ensino superior, a transformação da cultura universitária ainda é um desafio a ser enfrentado (Santos, 2021). Para romper com esse legado histórico excludente, são necessárias políticas específicas e robustas voltadas não apenas para a diversificação dos quadros de professores, mas também para a formação de toda a comunidade acadêmica em letramento racial e em práticas antirracistas (Santos, 2021). É fundamental que as universidades criem canais efetivos de denúncia e acolhimento, garantam a punição dos agressores e promovam uma cultura institucional que valorize a diversidade e combata ativamente todas as formas de preconceito e discriminação (Leão & Lando, 2024). Acredita-se que este capítulo expandido contribua para a compreensão da persistência do preconceito e da discriminação no ambiente acadêmico, bem como para a direção de futuras pesquisas e práticas institucionais comprometidas com a construção de uma universidade verdadeiramente democrática, inclusiva e equitativa.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- CARVALHO, M. A. A. S. **Os impactos dos estigmas e preconceitos nos saberes docentes da educação superior**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.
- CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.
- FERREIRA, E. M. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior brasileiro. **SciELO**, 2022.
- LEÃO, M. L. P.; LANDO, G. A. Mais um dia normal na universidade...: experiências de preconceito dentro de uma universidade pública do Brasil. **Cuadernos de Educación**, v. 16, n. 5, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n5-048. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n5-048>. Acesso em: 19 jun. 2026.

MORAVIA, W. Discriminação no contexto escolar brasileiro: Panorama das produções científicas de 2010 a 2023. **SciELO**, 2025.

OLIVEIRA, A. C. M. de et al. Perfil docente no Brasil e sua relação histórica com a construção e consolidação das universidades. In: **Anais do [evento]**, [local], [ano]. No prelo.

SANTOS, E. S. Racismo institucional e contratação de docentes negros nas universidades federais. **SciELO**, 2021.

SILVA, D. L.; PEREIRA, R. B. Entre silenciamentos e conquistas: escrevivência de uma docente negra como prática de resistência na universidade pública. **Diversidade e Educação**, v. 13, n. 1, 2025.

SILVA, E. et al. Acolhimento de estudantes nordestinos em uma universidade federal do Sul do Brasil: vivências de inclusão e xenofobia. **SIEPE**, Unipampa, 2025.

SOUZA, J. F. S. et al. Preconceito contra diversidade sexual e de gênero entre docentes de uma universidade pública federal: um estudo quantitativo. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 11, Edição Especial, p. e025019, 2025.

SOUZA, J. F. S. **Estudo sobre o preconceito contra diversidade sexual e de gênero entre docentes de uma universidade pública federal**. 2024. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/20390>. Acesso em: 19 jun. 2026.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.